

**Publicado no site em 24/09/2008**

##ATO Portaria G.P. Nº 481/2008

##TEX O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Maranhão, do **Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**, parte integrante do **Relatório de Gestão Fiscal** de que trata os artigos 54 e 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de **Setembro/2007 a Agosto/2008**, na forma do Quadro anexo.

##DAT São Luís, 23 de setembro de 2008.

##ASS Gerson de Oliveira Costa Filho

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )</b>	<b>107.754</b>	<b>0</b>	<b>107.754</b>
Pessoal Ativo	<b>99.664</b>	<b>0</b>	<b>99.664</b>
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			<b>0</b>
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	21.314		<b>21.314</b>
Demais Despesas com Pessoal Ativo	78.350		<b>78.350</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.090		<b>8.090</b>
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)			<b>0</b>
<b>( - ) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (Art. 19, §1º da LRF) ( II )</b>	<b>30.793</b>	<b>0</b>	<b>30.793</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			<b>0</b>
Decorrentes de Decisão Judicial	21.314		<b>21.314</b>
Despesas de Exercícios Anteriores	1.454		<b>1.454</b>
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.025		<b>8.025</b>
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II )</b>	<b>76.961</b>	<b>0</b>	<b>76.961</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL ( IV )</b>			<b>445.106.323</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL ( V ) = ( III / IV ) x 100</b>	<b>0,017290%</b>	<b>0,000000%</b>	<b>0,017290%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,026353%</b>		<b>117.299</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,025035%</b>		<b>111.434</b>

FONTE: SIAFI -CONOR

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) As Sentenças de Pequeno Valor (SPV) totalizaram R\$ 8.024 mil e os Precatórios da Administração Direta totalizaram R\$ 13.290 mil.

3) Foram recebidos destaques para pagamento de Precatórios da Administração Indireta no montante de R\$ 17.398 mil.

Gerson de Oliveira Costa Filho

Desembargador Presidente

Domingos Carlos dos Santos Neto

Diretor Geral

Flávia Regina Rêgo Cordeiro

Diretora de Orçamento e Finanças

Celson de Jesus Moreira Costa

Chefe do Serviço de Controle Interno

Mauro Fabrício Soares Pereira

Chefe do Setor de Contabilidade Analítica